



ATA

N.º 05/2016

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de novembro de 2016**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016:**

---Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélíio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 20 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como os Vereadores:
António Maranhão Peixoto,

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2016 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. _____

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de setembro de 2016 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: _____

Por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, alegando que havia necessidade de algumas alterações no documento, o assunto foi retirado.

01.02. – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. _____

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio o Sr. Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando um voto de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos, e que se transcreve:

“No passado dia 8 de Novembro faleceu o Senhor Juiz Conselheiro Jubilado Joaquim de Carvalho, Cidadão Honorário deste Concelho de Esposende.

Nascido na freguesia de S. Pedro de Escudeiros, concelho de Braga, adoptou Esposende como sua terra de coração. Aqui casou, trabalhou e aqui quis ser sepultado.

DE entre uma vastíssima biografia, queremos destacar a sua eleição, em 1993, para o alto cargo da magistratura Portuguesa tornando-se Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Foi, também, Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo por sua Ex.^a o Senhor Presidente da República.

Agraciado pela Câmara Municipal de Esposende com a Medalha de Honra do Município.

Os Deputados Municipais desta Assembleia, de todas as bancadas políticas, propõem que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando sinceras

condolências à distinta família. Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima viúva. -----

O Sr. Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, continuando no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

No dia 23 de Outubro tive a honra de assistir ao lançamento da primeira pedra de uma Ecovia que ligará as frentes ribeirinhas dos concelhos que integram a bacia do Cávado, entre Esposende e Terras de Bouro.

Sabemos que vai ser uma obra faseada, e cada município será responsável no seu território. Pelo que vamos lendo e ouvindo, os outros municípios ainda pouco ou nada avançaram e já o nosso, como tem acontecido em muitos outros investimentos, toma a liderança e já lançou a empreitada do troço compreendido entre Fão e Fonte Boa, um investimento que ronda os 350.000 euros.

Vamos ter 75 Km de uma Ecovia que marcará, positivamente, este território. Ligará no futuro à Ecovia do Litoral Norte que, por sua vez, liga Esposende, Viana do Castelo e Caminha.

Mas não foi somente esta obra que me agradou e que, mais uma vez, coloca Esposende num município amigo do ambiente.

Estamos-nos a referir a um outro grande, diria mesmo enormíssimo, projecto da construção de um Canal Interceptor para proteger eventuais cheias que, ciclicamente, provocam pesados danos, muitos deles irreparáveis, em diversas zonas da cidade e arredores.

Enquanto alguns, infelizmente, glosam com a ideia do canal, V.Ex.^a Senhor Presidente da Câmara soube, e muito bem, tratar e levar por diante este Projecto de Gestão de Riscos, Cheias e Inundações e, intercedendo junto do Governo, demonstrando capacidade técnica para o fazer, soube fazer valer o seu projecto e aprovar a Construção de um Sistema Interceptor e de Desvio das águas da Área Urbana de Esposende. Saiba, Sr. Presidente, que os habitantes destas zonas e, sobretudo, as gerações futuras, lhe ficarão eternamente reconhecidas.

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Muitas obras foram realizadas no seu mandato, muitas mais estão em curso e outras na fase final de concurso e adjudicação. Todos sabemos, nesta Assembleia, nesta casa da democracia, o que tem sido feito e o que se está a fazer.

Mesmo assim, com a dinâmica imposta por este Executivo municipal liderado por V. Ex.^a, continuamos a ser surpreendidos positivamente quando vemos que no recente estudo e publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, Esposende, depois de

analisados uma série de indicadores financeiros, lidera o ranking da eficiência financeira dos municípios do distrito de Braga e ocupa o 2.º lugar na região norte do país, entre os municípios de média dimensão.

A nível nacional, no ranking dos municípios de média dimensão, Esposende ocupa a 16.ª posição. No universo dos 303 municípios de todo o país, Esposende surge, assim, em lugares de destaque, atentando a excelência do trabalho desenvolvido pelo executivo liderado por V. Ex.ª.

A Bancada do PSD nesta Assembleia Municipal quer expressar ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo as maiores felicitações por este desempenho e estamos certos que, com a sua presidência Esposende só pode ganhar.” -----

Ainda, no uso da palavra, pelo Sr. Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, foi apresentada a seguinte Moção:

“MOÇÃO

TAXAS DE SERVIDÃO A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS (Aplicação do regime jurídico das Estradas Nacionais e Regionais - Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, regulamentado pela Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro)

1. Enquadramento

Com o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, que entrou em vigor em Julho de 2015, estabeleceram-se as regras do uso público viário da infraestrutura rodoviária, bem como o uso privativo do domínio público, ou seja, os usos da infraestrutura rodoviária e sua gestão, e a sua exploração pelos diversos agentes.

Estas regras abrangem as estradas regionais, estradas nacionais desclassificadas, ainda não entregues aos municípios, e as ligações à rede rodoviária nacional, em exploração.

A partir de 15 de outubro de 2015, entraram em vigor as taxas a pagar, por agentes económicos e por particulares, no âmbito das várias utilizações previstas para a Rede Rodoviária Nacional, todas cobradas pela administração rodoviária pelos usos privativos do domínio público rodoviário do Estado, pelas autorizações, pela instrução dos processos, emissão de pareceres, realização de vistorias extraordinárias e revalidações previstos no referido Estatuto aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril.

O legislador justificava esta medida como forma de proteger a infraestrutura rodoviária e a sua utilização dos interesses e comportamentos de terceiros.

Desde logo surgiram muitas preocupações e dúvidas sobre os efeitos da aplicação prática deste novo regime jurídico.

Para regular a utilização das estradas da rede rodoviária nacional e os contributos dos diversos beneficiários dos actos e serviços prestados pela administração rodoviária, designadamente no que diz respeito à aplicação de taxas, a Portaria n.º 357/2015, de 14 de Outubro, veio fixar “o valor das taxas a cobrar pela administração rodoviária pelos usos privativos do domínio público rodoviário do Estado, bem como pelas autorizações previstas no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional” e “as taxas a cobrar pela administração rodoviária pela instrução dos processos, emissão de pareceres, realização de vistorias extraordinárias e revalidações previstos no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional”.

Assim é abandonada a conceção de serviço público que enquadrava o anterior regime jurídico das estradas nacionais.

2 – O Município de Esposende é atravessado por algumas vias que se enquadram nesta legislação que vem onerar, e muito, inúmeras atividades particulares e as atividades que, por incumbência legal, são acometidas a diversas entidades públicas.

3 – Só em 26 de Julho de 2016 é que foi tornado público e publicado em Diário da República, pelas Infraestruturas de Portugal, S.A., o Edital sobre o cumprimento desta matéria e a “regularização das situações detectadas”.

4 – Constata-se a evidência de que este Estatuto desrespeita situações que já existiam muito antes já que algumas vias secundárias, ao longo das décadas foram reclassificadas mas os terrenos já aí tinham as suas serventias.

5 – Muitos prédios urbanos e as suas serventias já existem há dezenas de anos, licenciados pela antiga JAE e nunca foram objecto de taxas.

Assim, face a estas injustiças e, naturalmente, à penalização das populações do nosso concelho, que se servem dessas vias, propomos que esta Assembleia Municipal, reunida em 28 de Novembro de 2016, delibere:

Exigir ao Governo a imediata revogação da Portaria 357/2015 de 14 de outubro e à Assembleia da República, exigir a alteração do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, revogando o art.º 63 – Taxas, da Lei 34/2015, de 27 de abril.

Proponho ainda, no caso de aprovação desta MOÇÃO, que da mesma deverá ser dado conhecimento público no Site de Internet do Município, no Boletim Municipal e às seguintes entidades:

- Sr. Ministro das Infraestruturas e Planeamento,*
- Sr. Secretário de Estado da Administração Local,*
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República,*
- Associação Nacional de Municípios Portugueses,*
- Associação Nacional de Freguesias,*
- Assembleia Intermunicipal da CIM Cávado,*
- Presidente do CA das Infraestruturas de Portugal S.A.” -----*

De seguida, interveio a Senhora Deputada Municipal Luzia Filipa Carvalho Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Meus senhores, minhas senhoras,*



A Cidade acordou para contemplar a mais linda iluminação de natal que por aqui já se viu! Não posso deixar de dar os parabéns!

Mas não deixa de ser estranho Sr. Presidente, que só se acorde agora e com tanta luz!

Gostaria de aproveitar, para, se me permitirem, deixar a sugestão de, nos próximos anos, não se carregar tanto a iluminação de determinadas ruas e deixar outras completamente às escuras. E já agora, quais foram os critérios utilizados.

Aproveitando a deixa da luz, e não sabendo qual foi a equipa responsável pela escolha do local de implementação de tão belas fontes luminosas, proponho que essa mesma equipa possa verificar o impacto da falta de luz em determinados locais da cidade, aquando o executivo camarário decidiu desligá-los para poupar!

É que os munícipes já se perguntam porque é que tem de sair de casa às escuras quando na ponte pedonal que passa por detrás das piscinas, durante esta época festiva, parece dia durante 24 horas!

Senhor Presidente,

Para comemorar o dia mundial da alimentação, a Câmara municipal ofereceu às crianças do concelho a oportunidade de assistirem ao Conto encenado "Leguminosas – O reino dos amores improváveis. Até aqui, tudo bem, mas espantem-se, melhor pasmem-se, o conto tratou unicamente, de uma forma de publicidade da escola Privada Sementes da Liberdade.

Em frente ao palco podia ler-se, a letras bem grandes, "Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas, deixe o seu filho voar connosco".

Esta frase, por si só, não necessita de muitos comentários, mas é preciso ter lata!

Uma escola que tem uma "gaiola" de graça, ou seja, que funciona numa antiga escola primária, a custo Zero e ainda vem colocar uma frase deste género, aproveitando e servindo-se meios públicos? Senhor presidente, sem quaisquer rodeios, concorda com isto, ou vale tudo? Já agora, a Câmara pagou algum valor para que os alunos pudessem assistir a este espetáculo? Queremos uma resposta, Senhor Presidente.

Dizem as más-línguas ou se calhar algumas pessoas mais atentas, que se consta, por aí, que o executivo comparticipa com alguns passes escolares a estudantes deste concelho que preferem continuar os seus estudos em concelhos vizinhos, mesmo quando a oferta formativa é exatamente a mesma no nosso concelho? E eu, que não gosto de más-línguas pergunto-lhe, é verdade, senhor Presidente?

Meus senhores, minhas senhoras

Finalmente o saneamento básico irá passar por alguns lugares das Marinhas lugares estes que o esperam há algumas dezenas de anos! Neste sentido é importante esclarecer se ele passará especificamente em todas as ruas em falta, ou se apenas alguns serão presenteados na lotaria e os restantes terão de esperar mais umas dezenas de anos?

Como vai e quando vai ser, Senhor Presidente?

Sr. Presidente. tomei conhecimento que no passado dia 14 deste mês, assinou novo contrato, por ajuste directo, com uma empresa em nome individual, de Famalicão, no valor de cerca de 45 mil euros (IVA incluído), para a " Prestação de Serviços de Impressão do Boletim Informativo do Município

Sr. Presidente, no Concelho de Esposende não há nenhuma empresa capaz de imprimir tal Boletim?



Com este tipo de decisões, não ajuda as empresas locais.” -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“Em memória de Fidel Castro

Se hoje há milhões de crianças com fome e que vão dormir na rua.

Se hoje há milhões de crianças que não vão à escola, porque não há escolas.

Se hoje há milhões de crianças escravizadas, exploradas.

Se hoje há milhões de Homens e Mulheres que morrem por falta de cuidados de saúde elementares, por falta de médicos e hospitais.

Se hoje há Homens e Mulheres que não leem livros porque não há livros, porque não têm dinheiro para comprar livros, porque outros homens não deixam milhões de Homens e Mulheres lerem livros.

Se hoje há quem trate os seres humanos como quaisquer objetos que se comprem e se descartam.

Essas crianças,

Esses homens,

Essas mulheres,

Estão noutros sítios, noutras latitudes, noutros países.

Não estão em Cuba!

Em Cuba, pelo contrário, o cumprimento dos direitos humanos fundamentais é uma tarefa coletiva (da Sociedade) que, com orgulho, se concretiza em cada dia que passa!

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Caras Deputadas, Caros Deputados, Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Esposende, comecei a minha intervenção com este preito de pesar, qual homenagem a Cuba, ao povo cubano, à revolução cubana, aos homens e mulheres, com destaque para Fidel Castro, que erigiram uma sociedade nova, um país soberano e independente dos ditames dos EUA, derrotando, heroicamente, a ditadura de Fulgêncio Batista, Ditador - fantoche – nas mãos dos EUA que governava, então, uma Cuba – qual prostíbulo e casino – que servia para o deleite de magnatas, criminosos e corruptos. Faço, aqui e agora, enquanto deputado desta Assembleia Municipal, esta homenagem merecida e justa a Fidel Castro, revolucionário e lutador incansável pela dignificação dos seres humanos, no seu país – Cuba – e em todo o Mundo.” -----

O Sr. Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, continuando no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende

Em outubro de 2013, na introdução do seu Manifesto Eleitoral, Benjamim Pereira escreveu:

“ (...) é possível olhar para o futuro com ambição e com esperança, propondo à população de Esposende um projeto político inovador e diferente, apoiado numa nova dinâmica autárquica.

Assim, como principal foco do projeto autárquico para 2013/2017 elegemos o desenvolvimento económico do nosso concelho (...)”.

E, então, prometeu, de entre outras medidas, o seguinte:

Criar pequenos Parques Empresariais, especificamente para a realocização e fixação de micro, pequenas e médias empresas do concelho, através da modalidade de arrendamento a baixo custo;

- *Promover a criação de incubadoras de empresas;*
- *Continuar a infraestruturar e a requalificar os Parques empresariais existentes;*
- *Criar espaços de coworking;*
- *Criar o Gabinete do Empreendedor;*
- *Conceber o Plano Diretor de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo para o Concelho de Esposende;*
- *Desenvolver planos e programas de apoio à criação de micro e pequenas empresas;*
- *Dinamizar um Gabinete de apoio às atividades económicas.*

Volvidos mais de três anos e, nesta reta final do presente mandato autárquico, as promessas de Benjamim Pereira e da sua equipa, não passaram disso mesmo PROMESSAS e SÓ PROMESSAS!

Podemos falar num verdadeiro logro, uma vez que tudo o que, de mais relevante, foi prometido, nesta vertente do desenvolvimento económico, não foi concretizado.

Continuamos, tal como nos mandatos de Alberto Figueiredo e João Cepa, com zonas, chamadas parques industriais, desorganizadas, debilmente infraestruturadas, que, numa visão comparada com municípios próximos, nos deixam muito mal na fotografia.

Benjamim Pereira e a sua equipa prosseguiram/prosseguem políticas velhas, lançaram ao vento promessas ocas que, por isso, na passagem dos anos, se dissiparam. Tal como nos mandatos de Alberto Figueiredo e, principalmente, de João Cepa, Benjamim Pereira, optou por realizar ações desgarradas, tudo embrulhado em conceitos e chavões sem qualquer substancia, quais modernices que não nos levam a lado nenhum e apenas servem para encomendar mais uns projetos através da externalização de serviços por ajustes diretos. Não há um sentido e uma visão estratégica. O que somos, o que queremos, por onde e para onde vamos não constituem azimutes orientadores da ação de Benjamim Pereira e da sua equipa.

Na reta final deste mandato, restam as ruínas das promessas não concretizadas.” -----

Ainda, no uso da palavra, pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, foi apresentada a seguinte Recomendação:

“No exterior da Escola EB2/3 de Marinhas não existem espaços que permitam o abrigo dos alunos nos dias de chuva e frio.

Por isso, nas situações mencionadas, não estão garantidas as mínimas condições de habitabilidade e conforto dos estudantes da escola em apreço.

Também não há um passadiço coberto com ligação a uma zona exterior da Escola com paragem/espço de embarque/desembarque de alunos, tudo para que estes fiquem protegidos da chuva e tenham o necessário conforto térmico nos dias de maior rigor climático.

Assim,



A Assembleia Municipal de Esposende recomenda à Câmara Municipal que adote, de forma tempestiva, as medidas que considere adequadas para resolver, com urgência, os problemas ora sinalizados.”-----

O Sr. Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, continuando no uso da palavra, apresentou a seguinte Recomendação que se transcreve:

*“No nosso concelho foram construídos vários passadiços nas zonas dunares ou contíguas a estas e nas margens ou sobre o Rio Cávado.
Ora, com o decurso do tempo, assistimos à degradação e ao estado de abandono destas infraestruturas, sendo visíveis travessas de madeira partidas e despregadas. Está em causa a segurança e integridade física das pessoas que circulam nestes passadiços. Não podemos aceitar a falta de manutenção dos mesmos.*

Por isso, a Assembleia Municipal de Esposende delibera recomendar ao Ministério do Ambiente, através do Parque Natural do Litoral Norte ou de outras entidades com jurisdição e competências de gestão sobre tais zonas, que, com a maior brevidade, adote todas as medidas tendentes à resolução do problema referido, desde logo, a reparação/manutenção urgente dos mencionados passadiços.”-----

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Artur Jorge da Silva Viana, do Grupo político do CDS, cuja intervenção se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Senhores e Senhoras Vereadoras
Senhores e Senhoras Deputados Municipais e público presente*

Esta será, em princípio, a última Assembleia Municipal de 2016. Um ano que ficou marcado no concelho, não por obras marcantes do executivo camarário, mas por um estratégia de comunicação que visou dar a conhecer a agenda do Sr. Presidente e um slogan constante com as promessas de obras a executar.

É bom que o investimento em obras se faça também no concelho de Esposende e não apenas na cidade.

É claro que a cidade de Esposende é o ícone que atrai muitos visitantes e onde se concentram a maioria das atividades. Talvez por isso que o Sr. Presidente resolveu investir em grande nas decorações de Natal da cidade, que concentram mais luzes em 2016 do que nos três anteriores anos, (pura coincidência ser o último Natal antes das próximas eleições).

Não pretendo criticar as decorações natalícias, apenas notar algum desfasamento e olhar para outras freguesias que gostariam de também marcar esta quadra mas, que como disse o Sr. Presidente na última reunião, passo a citar “os meios das Juntas de Freguesia são escassos”.

Falando de problemas em concreto, o Sr. Presidente, em janeiro último, prometeu à população de Fão um projeto de arranjo paisagístico da área envolvente à Estação Elevatória junto à ponte, que cito: “... o Município está a desenvolver diligências no sentido de tentar minimizar

o impacto do edifício. Neste sentido, técnicos da Esposende Ambiente e da empresa Águas do Noroeste reuniram com o Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão, tendo ficado acordado aproveitar a área envolvente da Estação Elevatória para usufruto público, mediante construção de acesso a partir da EN 13 e ajardinamento da área sobrance, sendo que a Câmara Municipal vai agora proceder à elaboração de projeto de requalificação urbana.”, fim de citação.

Não tendo conhecimento do projeto elaborado, constato que o acesso a partir da EN 13 foi construído e toda a obra foi inaugurada. Relativamente ajardinamento da área sobrance, continuaremos a aguardar...

Outro ponto que gostaria de alertar tem a ver com o Centro Escolar de Fão. Já lá vão cinco anos da sua inauguração e até agora não foram tomadas quaisquer medidas que visem a segurança das crianças e pais que vão a pé para a Escola. O arruamento não possui passeios, iluminação e a drenagem da água da chuva faz-se pela berma de circulação dos peões. Este problema já foi abordado várias vezes mas, sem qualquer resultado visível.

A agravar esta situação, o cruzamento a norte do Centro Escolar, entre a rua do Ramalhão e a Rua de Santo António, não possui qualquer sinalização, sendo perigoso para todo o tráfego automóvel e para os peões que aí circulam.

Para finalizar, e porque estou a falar de problemas da União de Freguesias de Apúlia e Fão, como cidadão e representante do povo, compete-me defender o nosso património urbano, o bem-estar das populações e a qualidade paisagística, respeitando as nossas árvores como “organismo vivo” necessário para a nossa sobrevivência.

As árvores de Apúlia e Fão têm vindo a ser, de modo aleatório, mutiladas, o termo mais correto para a poda praticada, que levam à sua descaracterização ficando, por vezes apenas o tronco. Estamos perante podas excessivas do arvoredo que penso que só acontece por falta de acompanhamento da Junta de Freguesia sobre esta “poda selvagem e radical”, feita na altura errada do ano e a sua radicalidade vai expor estas a doenças, dificultar a cicatrização dos troncos e colocar em risco a sobrevivência das árvores.

Não somos contra a poda de árvores. Mas exigimos que as podas sejam executadas por profissionais técnicos e competentes, seguindo as orientações dos técnicos da autarquia.” -----

De seguida, interveio a Senhora Deputada Municipal Anabela Solinho Martins, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores e Senhoras Vereadoras

Senhores e Senhoras Deputados Municipais e público em geral

Não obstante zuns zuns serem Saramagos, preocupa-me uma situação, derivada exatamente de uns zuns zuns, que me trás aqui e fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara:

A questão é sobre a Escola Básica de Apúlia, que fez recentemente vinte e cinco anos, uma escola que têm bastantes alunos, uma escola que está perfeitamente ativa, uma escola que têm sucesso mas, cuja duração de vida, segundo consta, poderá estar comprometida.

Como a comunidade tem o deveres também tem direitos e é isso que me trás aqui. Saber qual a situação real da escola porque a comunidade, os alunos e os professores devem saber o que se



passa com a escola. Se está realmente para fechar ou não e quais os fundamentos? ”.-----

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelas 21h55m, suspendeu os trabalhos para conferência de líderes.

Sendo 22h00m foram retomados os trabalhos.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JUIZ CONSELHEIRO DR. JOAQUIM DE CARVALHO.-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JUIZ CONSELHEIRO DR. JOAQUIM DE CARVALHO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO. -----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À FAMÍLIA.-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção:

TAXAS DE SERVIDÃO A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO “TAXAS DE SERVIDÃO A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD, E ASSIM EXIGIR AO GOVERNO A IMEDIATA REVOGAÇÃO DA PORTARIA 357/2015 DE 14 DE OUTUBRO E À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EXIGIR A ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DAS ESTRADAS DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL, REVOGANDO O ARTIGO 63.º - TAXAS, DA LEI 34/2015, DE 27 DE ABRIL.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO PÚBLICO NO SITE DE INTERNET DO MUNICÍPIO, NO BOLETIM MUNICIPAL E ÀS SEGUINTE ENTIDADES: MINISTRO DO PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS, SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, GRUPOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS, ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO E PRESIDENTE DO CA DAS INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL S.A.-----**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Recomendação:

1 - ESCOLA EB 2/3 DE MARINHAS – ABRIGO DOS ALUNOS EM DIAS DE CHUVA E FRIO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 8 VOTOS A FAVOR, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, DOS

MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESES E DO PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, COM 1 ABSTENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FORJÃES E 20 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS E DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Grupo Político do PSD vota contra esta recomendação porque sabe que esta matéria está a ter devido andamento e a ser tratada pela Câmara Municipal, Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra e Direcção do Agrupamento de Escolas Rodrigues Sampaio, sendo, por isso, uma recomendação que julgamos inoportuna.”-----

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O Grupo Político do CDS vota contra a proposta por considerar que está mal formulada dado que existem outras escolas, para além da EB 2,3 de Marinhãs, sem corredores cobertos de acesso ao exterior, nomeadamente em Apúlia e Forjães.”-----

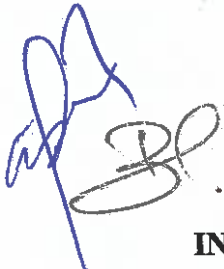
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção:

2 - DEGRADAÇÃO DOS PASSADIÇOS NAS ZONAS DUNARES OU CONTÍGUAS A ESTAS NAS MARGENS OU SOBRE O RIO CÁVADO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO “DEGRADAÇÃO DOS PASSADIÇOS NAS ZONAS DUNARES OU CONTÍGUAS A ESTAS NAS MARGENS OU SOBRE O RIO CÁVADO”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, E ASSIM RECOMENDAR AO MINISTRO DO AMBIENTE, ATRAVÉS DO ICNF E PNLN, QUE COM A MAIOR BREVIDADE, ADOTE TODAS AS MEDIDAS TENDENTES A UMA INTERVENÇÃO URGENTE DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DOS MENCIONADOS PASSADIÇOS.

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

O Grupo Político do PSD vota a favor desta Recomendação sabendo que a mesma virá reforçar o empenho que a Câmara Municipal tem tido junto do ICNF – organismo responsável pela manutenção daquele equipamento – no sentido desta instituição prestar mais atenção à manutenção dos referidos passadiços.”-----



INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que relativamente à Informação Escrita se encontrava disponível para algum esclarecimento.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam algum esclarecimento adicional do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Informação Escrita.

O Sr. Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro usou da palavra solicitando ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento adicional sobre a Festa de S. Martinho promovida pela Câmara Municipal para os idosos.

“Foi realizada pela Câmara Municipal na discoteca Pacha a Festa de S. Marinho para os idosos do concelho.

Gostaria de saber se o Município teve algum encargo, nomeadamente, se pagou à discoteca Pacha ou se o espaço foi cedido gratuitamente.” -----

Não havendo mais questões, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dando resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal.

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores e Senhoras Vereadores,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Caríssimo Público Presente,*

Agradeço as palavras do Deputado Albino Penteado Neiva sobre o desempenho da Câmara Municipal no seu todo, minha e do executivo, de facto há projetos que temos conseguido abraçar de forma relativamente célere e determinada como o caso das ecovias, a do Cávado que já se encontra em execução, mas também dois troços da ecovia do Litoral que estão neste momento em concurso público com candidaturas aprovadas no âmbito da Polis e que deverão iniciar os trabalhos muito em breve e sem me querer comprometer com datas, até porque se tratam de obras que não estão a ser geridas diretamente pelo Município, deverão as obras iniciar no final de janeiro ou início de fevereiro. Há mais duas novas candidaturas, uma que vai de Cepães até Rio de Moinhos e outra que consta a travessia do rio Neiva entre Antas e Castelo do Neiva.

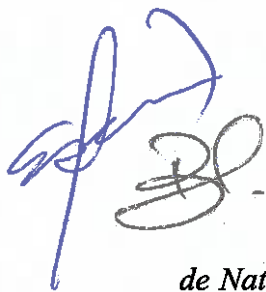
Quanto ao canal, é o aproveitamento de mais uma oportunidade, no caso, criada pela Câmara Municipal e assim aproveitar um investimento que acredito seja estruturante para o Município de Esposende. Acrescento que a frase que usou me sensibilizou bastante e pese embora a obra possa inicialmente ter um impacto negativo junto das populações porque, como é normal, as pessoas são muito agarradas ao seu património mas com toda a certeza quando virem a obra concluída e o efeito que a mesma produzirá tudo será ultrapassado. Acrescento que temos tido uma adesão massiva nos acordos, até porque, há cerca de 15 dias tínhamos quinze acordos assinados e hoje mesmo assinei o quinquagésimo quarto ou quinquagésimo quinto. Temos tido muita gente na Câmara todos os dias para tratar dos seus processos, estamos a tentar, com brevidade, responder a toda a gente nomeadamente no esclarecimento de dúvidas que as

peçoas vão tendo. Não posso deixar de fazer uma referência ao Serviço de Património que tem feito um trabalho excecional que se reflete no andamento muito positivo de todo este processo que se encontra dentro do que estava planeado para esta fase. Acrescento que os prazos também se encontram condicionados pela própria candidatura e pelo Concurso Público e daí a Declaração de Utilidade Pública que não é contra ninguém nem para expropriar terreno algum mas sim uma salvaguarda para no caso dos quase duzentos proprietários houver um que não queira não poder inviabilizar todo o projeto, sendo certo que queremos chegar a um acordo amigável com todos os proprietários.

Sobre a referência ao Anuário Financeiro trata-se do segundo ano consecutivo e equivale dizer que há boa gestão e tal facto se traduz em muita coisa até porque quando olhamos para muitos dos 308 municípios e vemos situações de falência técnica sem que consigam cumprir os seus próprios compromissos colocando a carga fiscal no máximo e, mesmo assim, temos nós que contribuir para estes municípios, fruto da imposição do anterior governo e que depois aparece nas nossas contas essa dívida de 900 mil euros resultante da contribuição de 140 mil euros anuais a que o Município de Esposende se encontra obrigado a contribuir, durante sete anos, para aqueles que se desleixaram e não cumpriram as suas obrigações de gestão financeira. Dou como exemplo uma reunião que tive recentemente com a equipa do Plano de Ação de Regeneração Urbana e onde estávamos a identificar os projetos que a Câmara Municipal deveria candidatar e onde me foi sugerido colocar mais projetos que aqueles que o valor atribuído a Esposende, cerca de 4 milhões de euros, uma vez que, segundo eles, iria sobrar dinheiro de outros municípios que não tinham sequer capacidade de investir os 15% para acederem aos projetos. Deram-me como exemplo um município com um orçamento de um pouco mais que os vinte milhões de euros e tem, neste momento, uma dívida de duzentos milhões de euros. Equivale dizer que este município durante dez anos e, não fazendo qualquer obra ou investimento, teria que usar o seu orçamento só para pagar a dívida. Com isto quero mostrar como é importante a responsabilidade na gestão financeira que tem sido feita ao longo dos anos no Município de Esposende e é o que gostaria de sublinhar e não o facto de ter dinheiro. É que sem esta responsabilidade financeira não nos era possível procurar e trazer investimento para o nosso concelho.

Quanto à Moção sobre as Estradas Nacionais agradeço o facto de a terem colocado até porque nós mostramos todos os dias que não é o partido A ou B que importa mas sim os cidadãos do nosso concelho e a comprovar isso mesmo é que este assunto reporta ao governo anterior. O importante é perceber que isto prejudica as pessoas, sejam elas particulares ou empresas. Facto é que efetivamente prejudica quem tem acessos às Estradas Nacionais e nós nunca poderemos estar ao lado de uma Lei desta natureza. A própria Associação Nacional de Municípios também já tomou uma posição e é evidente que ninguém quer esta Lei. Percebo as razões que levaram à aprovação desta Lei, nomeadamente, para pressionar os municípios a ficarem responsáveis por estas estradas para o Governo se livrar dos seus encargos. Outra razão é financiar as Infraestruturas de Portugal e, com os valores de que se fala, rapidamente equilibrariam as contas à custa dos cidadãos. À custa das pessoas que tínhamos os seus acessos às estradas devidamente licenciados e isto é uma tremenda injustiça, está errado e espero que este governo tenha a capacidade de olhar para esta situação e a rever.

Sobre a intervenção da Deputada Luzia Miquelino, agradeço o elogio sobre a iluminação de Natal e partilho a mesma opinião. Também acho que está muito bonito. Isto resulta de se procurar e ver outros locais para depois o concretizar no nosso concelho e não tem qualquer logica eleitoralista até porque o ano passado gastou-se cerca de 24 mil euros na iluminação



de Natal e este ano o valor foi de 18 mil euros. O facto é que da nossa procura encontramos uma empresa melhor e o trabalho apresentado também se traduziu numa melhoria. Isto permite aumentar as visitas a Esposende e por conseguinte uma promoção do nosso comércio. Julgo que fez confusão entre a iluminação de Natal e a iluminação pública e importa desmitificar o assunto. A questão que se prede com a iluminação pública tem por base um projeto de poupança que colocamos em prática há muito tempo e que, aliás, fomos pioneiros no Distrito de Braga, e teve diversas medidas como os redutores de fluxo, os dispositivos astronómicos que foram instalados em cada PT e que liga e desliga diariamente a horas diferentes consoante o nascer e o pôr-do-sol, a substituição das lâmpadas de mercúrio pelas de sódio que tem menos consumo e iluminam mais e, entretanto, com a chegada dos leeds fizemos também um forte investimento neste tipo de iluminação, pedimos também às juntas de freguesias para reduzirem a iluminação nas próprias freguesias, por apagão ou pela diminuição de cerca de 30%, sendo que se verificaram situações de iluminação em zonas que não fazia qualquer sentido. Porque não havia habitações e porque alguns postes estavam colocados no meio dos campos e estavam ligados a noite toda. E como o dinheiro gasto na iluminação pública é de todos, entendo que as medidas tomadas foram acertadas. Obviamente que existem sempre situações que é necessário estar atento e corrigir, tal como acontece com os pedidos dos Senhores Presidentes de Junta que nos vão solicitando a cada passo algumas alterações e isso é corrigido. Todas estas situações são normais e em colaboração com as Juntas de Freguesia temos gerido todo este processo. Ainda sobre este assunto, quero informar que a Esposende Ambiente fez um trabalho excecional em que cadastrou toda a iluminação pública do concelho e hoje é muito mais fácil gerir todo o processo. Obviamente que estamos aberto a sugestões mas estamos focados em manter o nível de poupança que tínhamos.

Recordo os senhores Deputados que no mandato anterior houve um aumento de 17% na iluminação pública quando o IVA passou de 6% para 23%.

Sobre a questão colocada sobre o Dia da Alimentação não lhe sei dizer exatamente mas sobre a expressão "Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas" é de Ruben Alves um pensador, psicanalista, educador e teólogo brasileiro pelo que a frase não será da Escola Sementes de Liberdade e não a entendo como uma frase publicitária criada para o efeito e para cativar alunos. Quanto ao eventual pagamento, hoje, não lhe sei dizer porque a Senhora Vereadora Raquel Vale, responsável por esse pelouro, não se encontra cá, mas obviamente que amanhã terei todo o gosto em a esclarecer sobre este assunto.

Quanto aos passes escolares, existem algumas regras, nomeadamente não haver oferta no município, haver irmão na mesma escola ou os progenitores trabalharem na área da escola. Não sei exatamente de que situações está a falar mas no caso de ter alguma situação concreta pode apresentar e tentarei responder. Obviamente que poderá haver algum erro e teremos todo o gosto em avaliar a situação.

Sobre o saneamento básico e como é do conhecimento público, durante muitos anos tivemos muito dinheiro para investir no saneamento e fomos, seguramente, dos municípios que melhor aproveitaram os fundos comunitários e a prova é que temos uma cobertura de água de cerca de 100% e de saneamento básico de 80% a 85%. É certo que as opções tomadas foram por satisfazer essa necessidade pelas zonas com mais habitações. Evidentemente que zonas com maiores dificuldades técnicas como é o caso do lugar do Monte em Marinhãs que é uma zona muito rochosa foram deixados para uma outra fase. A obra em questão vai abranger cerca de duzentas habitações e cerca de seiscentas pessoas. Mais uma vez e também aqui se verifica a



importância de termos dinheiro porque no passado este tipo de obra era participado pelos fundos comunitários em 85% e atualmente não há comparticipação para este tipo de obra e será totalmente costeado por nós. Obviamente que teremos em atenção outras zonas onde for necessário condicionado sempre a que haja possibilidade financeira e a obra seja rentável porque não vamos andar com uma linha de saneamento 1km para servir uma única casa porque seria um investimento que se gastaria mal o dinheiro que é de todos.

Quanto à questão da empresa para impressão do boletim, quero deixar bem claro que não abdicarei do boletim municipal. Aliás, ainda há pouco uma das Recomendações apresentadas referia para publicitar a mesma no boletim municipal. Concordo que muitos dos assuntos que são trazidos a esta casa devem constar no boletim. Como poderão comprovar todas as deliberações da Assembleia Municipal já são publicitadas no boletim municipal. Facto é que tudo que é apresentado no boletim são factos e não há nada que lá esteja escrito que não seja verdade. O que fazemos temos que dizer às pessoas e, infelizmente, não temos no município Órgãos de Comunicação que, em meu entender, que façam a divulgação suficiente. Temos vários tipos mas, o caso da rádio, que é uma pena que se tenha perdido, pelo menos nesta fase não está a funcionar, e era um bom veículo de transmissão e mesmo em termos de jornais, o Farol é quinzenal e tem muita leitura na cidade e nos emigrantes mas, infelizmente, chega pouco às freguesias e depois temos o Jornal de Esposende que nem sei muito bem que tipo de jornal é e segundo informações nem sequer está registado na Entidade Reguladora para a Comunicação Social, não sei se é verdade ou não, mas um dia destes alguém o saberá e com isto verificamos que temos pouca comunicação e como tal temos a obrigação de fazer chegar a informação à população. Mas e sem fugir à questão sobre a pergunta sobre qual a razão de não termos uma empresa do concelho a fazer a impressão do boletim municipal, respondo com factos ou seja, a informação que disponho é que o Município pediu orçamento a sete empresas e foi entregue à que apresentou o orçamento mais barato. E assim que a Câmara Municipal funciona. Procuramos no mercado quem consegue dar resposta às necessidades da autarquia, sendo que é preciso, obviamente, que essas empresas estejam devidamente registadas através da plataforma e se quiser ter acesso aos documentos terei todos o gosto em os facultar e poderá verificar toda a clareza do processo.

Senhor Deputado Manuel Carvoeiro, antes de mais, queria agradecer-lhe o facto de me ter comparado com os meus antecessores pelo facto de todo o trabalho que foi desenvolvido no nosso concelho desde 1989 já lá vão cerca de 27 anos.

Depois, não deixa de ser curioso o Deputado Manuel Carvoeiro falar daquilo que não cumprimos, ou melhor, que acha que não cumprimos, mas vou-lhe explicar que não bem assim. Também poderia falar daquilo que fizemos e não prometemos e isso seria uma postura de rigor político e gostaria muito de ouvir uma palavra sua sobre um projeto como o do canal que conseguimos para o município quase cinco milhões de euros e, para quem ainda se lembra, um milhão de contos na moeda antiga, e como sabe esta obra não consta do meu programa eleitoral.

Primeiro não abandonamos nenhum dos projetos que tínhamos em mente, nomeadamente, o Centro de Negócios e sobre este, posso-lhe dizer que no passado dia 31 de outubro sinalizamos junto da Agência Nacional de Inovação uma incubadora de empresas para o nosso Centro de Negócios e uma incubadora de base tecnológica ou transferência de tecnologia para a Estação Rádio Naval de Apúlia e em parceria com a Universidade do Minho porque é forma correta uma vez que há um mapeamento a ser desenvolvido pela Agência Nacional de Inovação e nós posicionamo-nos para podermos ter acesso aos fundos do

Portugal 2020 e, para que entendam, foi necessário desenvolver uma candidatura com os fundamentos e um programa para aquilo que pretendemos nas duas infraestruturas e isso dá muito trabalho porque por vezes parece que as coisas caem do céu. Ainda do Centro de Negócios em breve daremos informação sobre um protocolo que vamos celebrar com algumas entidades locais.

Mas desenvolvimento económico é Turismo e nós temos nesta área feito um trabalho excecional como provam os dados facultados pela ACICE que mostram um crescimento de faturação das áreas mais relacionadas com o Turismo de um crescimento entre 20% a 30% relativo a este verão e comparando com unicamente com 2015. Estes dados foram recolhidos junto dos contabilistas e serão apresentados em breve pela Associação Comercial.

Recordo requalificação dos parques existentes e a parceria que fizemos com a DS Telecom para colocar fibra ótica na zona industrial.

Há poucos dias foi colocada uma nova linha de iluminação pública na Zona Industrial de Esposende e fomos nós que fizemos em parceria com a EDP.

Vai agora para concurso público um projeto de sinalização e organização da zona industrial que será um investimento do município uma vez que não é possível através de candidatura.

Do nosso Serviço de Desenvolvimento Local recebi um investidor de uma quinta que está a trabalhar na área dos vinhos e quer desenvolver um projeto no nosso concelho. Este serviço funciona também como um gabinete de apoio ao empreendedor e através dos nossos técnicos são acompanhadas e aconselhadas para os investimentos.

Sobre o dinheiro gasto em projetos e como já tive a oportunidade de lhe explicar, sem projetos não há obra e não me pode estar a acusar de gastar dinheiro em projetos. Dou-lhe um exemplo, nós gastamos cerca de cem mil euros em projetos com as ARUS's e o Senhor Deputado sabe quanto conseguimos ir buscar? Foram quatro milhões de euros. Foi muito dinheiro gasto? Efetivamente foi. Foram vinte e cinco mil euros para Apúlia, vinte e cinco mil euros para Fão, vinte e cinco mil euros Esposende e vinte e cinco mil euros para Marinhãs e o resultado foi ver aprovados projetos no valor de quatro milhões de euros. Digo-lhe mais, já estamos a trabalhar no projeto da parte restante da Ecovia do Cávado até ao limite com Barcelos, estamos a elaborar o projeto da execução da variante a Esposende que será junto ao canal, estamos a fazer o projeto de execução do Parque da Cidade. Estamos também a preparar um projeto, juntamente com a Polis, para a zona envolvente de Cedovem e Pedrinhas que é muito importante para a população de Apúlia e resulta do Acordo com os Baldios. Tal como está a ser preparado um projeto para Fão, do lado direito junto à saída da ponte, mais concretamente para a zona envolvente junto ao Fojo. Com estes exemplos demonstro que só assim é possível evoluir.

Sobre a questão do Senhor Deputado Artur Viana sobre o Centro Escolar de Fão o acesso que foi feito há cerca de cinco anos não é suficiente e por entender que se pode melhorar, juntamente com a Junta de Freguesia, desenvolvemos um projeto para aquela zona, que se encontra pronto para ser lançado em concurso público, e que se traduz na repavimentação de toda aquela zona, infraestruturas para as águas pluviais e criação de um passeio que beneficiará os utilizadores do Centro Escolar de Fão mas também os utilizadores do Complexo Desportivo de Fão.

Sobre a questão da elevatória, há um problema no encerramento da empreitada entre as Águas do Norte e a empresa ABB e este assunto não está a ser gerido pelo município. Há ainda uma questão que estará para ser resolvida em breve e que envolve a Esposende Ambiente na colocação das plantas.

Sobre a questão levantada pela Senhora Deputada Anabela Solinho, confesso que foi uma surpresa para mim, até porque nunca me chegou qualquer informação nem tão pouco ouvi falar. Obviamente que se podem fazer todas as conjecturas e admito que possa haver um receio por parte das pessoas até porque há cada vez menos crianças mas reforço que nunca me chegou qualquer informação a esse respeito.

A questão levantada pelo Deputado Manuel Carvoeiro sobre o Pacha sei que relativamente às instalações a Câmara não pagou nada e a refeição foi oferecida pela Escola Profissional.” ---

Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE – LINHA DE MUITO ALTA TENSÃO – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente na sessão, para conhecimento, ofício da Agência Portuguesa do Ambiente, referência S047471-201608-DAIA.DAP relativo à instalação de rede de muito alta tensão e em resposta à solicitação da Câmara Municipal de Esposende sobre a sua eventual passagem no concelho. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

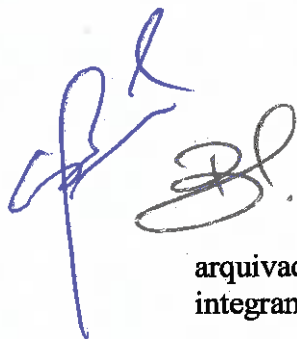
02.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2016. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 - RELATÓRIO DE GESTÃO E DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA ESPOSENDE 2000-ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – 1º SEMESTRE DE 2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório de Gestão – 1.º Semestre de 2016 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M.. Fica



arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. – 3º TRIMESTRE DE 2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de novembro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório de Gestão – 3.º Trimestre de 2016 da Esposende Ambiente, E.M.. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.05 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. – PARA 2017 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de novembro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, Instrumentos de Gestão Previsional para 2017 da Esposende Ambiente, E.M.. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.06 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de setembro de 2016, nos termos do Artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.07 - APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE OUTUBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 17 de novembro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de outubro de 2016, nos termos do Artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.08 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS PALMEIRA DE FARO E CURVOS, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, nos termos do Artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

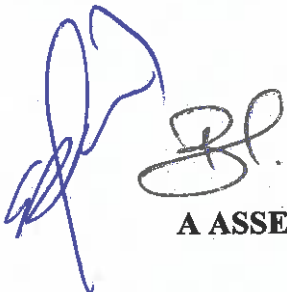
02.09 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Antas, nos termos do Artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.10 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, nos termos do Artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.11 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Vila Chã, nos termos do Artigo 13º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.12 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, Documentos Previsionais para o ano de 2017 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal tendo, sobre o assunto, referido:

“Senhor Presidente sei que me repito ano após ano desde 2013 mas entendo que este é talvez o melhor orçamento apresentados por mim e penso que não será preciso explicar muito pela clareza do documento. Em termos de valor potencial, e não se trata de uma rubrica nova, podemos vir a ter um orçamento que poderá atingir os trinta e quatro milhões de euros. Isto porque temos compromissos assumidos e subscritos pelo município. Em termos de resultados financeiros e como já aqui foi dito o anuário financeiro fala melhor do que eu sobre isso. Em termos de previsão de receitas dar nota que em termos de impostos diretos e indiretos há uma redução que é importante frisar. Recordo a redução do IMI para 0,30 e pese embora haja uma quebra de receitas da autarquia pretendemos que o dinheiro fique nas famílias e por isso a taxa de IMI estar no mínimo legal.

As despesas com pessoal aumentam 4% mas é fruto da reposição salarial dos funcionários e não pelo facto de termos mais pessoal. Convém referir que sobre o pessoal temos até menos funcionários.

Na aquisição de bens e serviços que sei ser uma rubrica que lhes diz muito, há uma redução de 12% e o total das despesas correntes irá baixar cerca de 5% e isto diz muito daquilo que é a nossa gestão.”-----

Interveio o Senhor Deputado Municipal Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

A nossa reunião de hoje, para além de outros assuntos relevantes, incide, sobretudo, na apreciação e votação dos instrumentos previsionais para o ano de 2017, apresentados pelo Executivo, nomeadamente o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o respectivo Mapa de Pessoal.

Estamos perante um orçamento que ultrapassa os 22 Milhões de euros, bem superior ao que nos foi apresentado no ano anterior e um dos maiores orçamentos de sempre do nosso Município.

Como pressuposto para análise destes documentos, registamos a boa saúde financeira do Município fruto de uma gestão muito equilibrada, cuidada, não deixando, no entanto, de ser eficaz e empreendedora.

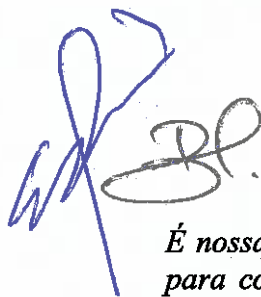
Como informa o Senhor Presidente, este orçamento encerra um ciclo autárquico e por isso exige uma abordagem pragmática e séria no que toca ao cumprimento das promessas. Estamos perante um orçamento com uma forte componente de investimento, onde o Plano de Investimento nas Freguesias tem um peso muito significativo e ainda bem.

Agrada-nos que tenha havido, por parte de V. Ex.ª uma preocupação social na elaboração deste Plano de Orçamento verificando-se um sustentado alívio da carga fiscal sobre os nossos munícipes, dando como exemplo o baixar, pelo terceiro ano consecutivo e para o valor mínimo legal, o IMI, fixando a taxa em 0.30% acrescido do apoio aos agregados familiares com filhos, com descontos no valor de 20€, 40€ ou 70€; o apoio nos transportes escolares, nas refeições do Pré-Escolar, nas Bolsas de Estudo; a isenção do pagamento da taxa de publicidade, de esplanadas, de taxas de ligação de água e de saneamento e ainda de derrama municipal.

Contrariamente ao que o Sr. João Nunes, Vereador do PS, diz na sua declaração de Voto, julgamos estar perante um documento elaborado com rigor, com transparência, e, acima de tudo, demonstrativo da intenção do Executivo em continuar a manter o Município numa boa situação financeira, não deixando, no entanto, de continuar a promover todas as condições para que Esposende caminhe, como tem feito, para o desenvolvimento integrado e sustentado.

Mais uma vez, e isto tem sido recorrente e ainda bem, o Grupo Político do PSD congratula-se com o facto destes instrumentos de gestão terem sido aprovados sem qualquer voto contra o que manifesta a integral concordância às opções feitas por este executivo social-democrata e anuência das outras forças políticas, com assento no Executivo Municipal.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*



É nossa convicção que as opções vertidas nestes Documentos Previsionais são fundamentais para continuarmos a crescer e a desenvolver de forma sustentada e, por isso, vão receber, estamos certos, a aprovação desta Assembleia Municipal.

O Grupo Político do PSD felicita o Executivo pelo trabalho desenvolvido ao longo deste ano de 2016 e dará o seu voto favorável ao Orçamento 2017, às Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal.” -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“Estamos a discutir os documentos previsionais dos 100 euros. Faço esta afirmação, não porque tais dotações (de 100 euros), no elenco de todas as rubricas orçamentais, constituam o maior número, pelo contrário, mas porque as dotações dos 100 euros, apesar de minoritárias, reportam-se às propostas mais emblemáticas e abundantemente apregoadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Esposende. Ora, a inscrição de tais rubricas, com a dotação de 100 euros, significa que essas obras, no próximo ano, não serão concretizadas. Temos como exemplos:

- ✓ Intervenção no Forte S. João Batista;*
- ✓ Instalação do Instituto Multidisciplinar de Ciências e Tecnologia Marinha;*
- ✓ Parque da Cidade – 1.ª fase;*
- ✓ Requalificação de espaços de lazer;*
- ✓ Reorganização das zonas industriais do concelho;*
- ✓ Construção do parque de estacionamento junto à praia de S. Bartolomeu do Mar;*
- ✓ Obras de requalificação e beneficiação do Mercado Municipal;*
- ✓ Criação do Centro de Negócios;*
- ✓ Construção e reparação de sanitários públicos.*

Estes são alguns dos exemplos de obras – promessas que o Presidente da Câmara sempre apregoou aos Esposendenses, algumas delas anunciadas com honras de cerimónia pública, isto é, com toda a solenidade e que, afinal, mais não são do que meras vontades longe de verem a luz do dia.

Estamos, pois, no que concerne ao núcleo duro das vontades da Câmara PSD, perante a incerteza, perante o vazio. De resto, tem sido este o traço marcante da conduta política deste executivo municipal.

Depois, temos os projetos e planos, planos e projetos, projetos e mais projetos que não passam disso mesmo – Projetos anunciados uma, duas, três vezes, projetos feitos e refeitos, projetos sem concretização, projetos/planos que resultam em nada ou quase nada.

Temos o exemplo do Plano de Marketing Territorial, coisa encomendada pelo anterior executivo, por João Cepa - Presidente da Câmara e Benjamim Pereira, então, Vice-Presidente da Câmara, Plano apresentado com pompa e circunstância pela equipa de



especialistas que o elaborou, plano arrumado na prateleira dos desmandos municipais, sendo substituído, por um outro, como o mesmo nome e que está a consumir ao município a quantia mensal de € 1.566,40, num total anual de €18.796,80.

A fls. 38 dos Documentos em apreço é referido “finalizaremos o estudo que se encontra em elaboração, visando a resolução dos problemas de estacionamento e circulação nos aglomerados urbanos mais importantes, com especial enfoque nas zonas balneares”. Quando se iniciou este estudo, em que ponto se encontra, quem o está a realizar, que montantes envolvidos?

Surge, também, agora a proposta da elaboração do Projeto Educativo Municipal com uma dotação de 15 mil euros. Porquê, esta proposta, agora no final do mandato? Alguém terá dito à Sr.ª Vereadora da Educação que o Projeto Educativo Municipal é giro, fica bem nos documentos previsionais. Só agora, Sr.ª Vereadora, é que ouviu falar no Projeto Educativo Municipal? Há mais de doze anos, em diferentes fóruns, neste concelho (Conselho Municipal da Educação, Assembleia Municipal, movimento associativo de pais, colóquios/conferências) que falo e aponto a necessidade da conceção e implementação de um verdadeiro Projeto Educativo Municipal. Sempre assobiaram para o ar!

E o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar? A fls 11 dos documentos Previsionais consta: “implementaremos o Plano Integrado de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar do Cávado, estruturado em três eixos de intervenção concelhia (1.º Eixo – Projeto de Educação pela Arte, 2.º Eixo – Projeto Clubes de Motivação e Ativação de Competências, 3.º Eixo – Projeto Intervenção nos Fatores de Risco Familiar para o Sucesso), em articulação com os Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária Henrique Medina. Mas como vão operacionalizar este projeto com uma dotação orçamental para 2017 de 100 euros? Mais, como vão operacionalizar este projeto se os parceiros referidos pouco ou nada sabem sobre a matéria?

Depois é referido, na vertente da Educação/Ensino que “continuaremos a participar nos projetos da Associação Internacional das Cidades Educadoras”. Ora, se afirmam “continuaremos”, tal pressupõe que há trabalho iniciado, um caminho andado e que vão prosseguir. Então, por favor, informe, Sr.ª Vereadora da Educação, que trabalho, nestes últimos três anos, e neste âmbito, tem sido efetuado. Em que projetos no âmbito da Associação Internacional das Cidades Educadoras tem participado este município? É que, por aquilo que nos é dado conhecer, nada tem sido realizado. O que se lamenta profundamente!

O PCP apresentou várias propostas, no sentido de serem incorporadas neste Orçamento. Propostas, fundamentais e necessárias, para garantir mais qualidade de vida aos Esposendenses. Mais uma vez, esta Câmara, de maioria PSD, não as considerou, o que registamos com profundo lamento!

Temos Orçamento abstruso, eivado de conceitos e chavões vagos e genéricos. Temos um Orçamento onde se empola, mais uma vez, as rubricas referentes a projetos, estudos, planos e pareceres, tudo para continuarem a externalizar serviços, através de ajustes diretos, não aproveitando, como deveria ser, os recursos humanos especializados e, certamente, capazes de efetuar os serviços que são contratados.

Estes documentos previsionais são mais do mesmo. Não demonstram um rumo e visão estratégica para o nosso Concelho. Com este PSD temos futuro, mas não o futuro de prosperidade e desenvolvimento para o nosso concelho.”

De seguida, interveio a Senhora Deputada Municipal Luzia Filipa Carvalho Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores Municipais
Senhores Deputados Municipais
Público em geral*

Deixem-me começar por relembrar ao Sr deputado, Penteado Neiva, que o vereador do partido socialista, João Nunes, também disse que este orçamento era pouco transparente porque só na rubrica OUTROS estão dois milhões de euros e nada sabe.

Os documentos previsionais propostos pela Câmara Municipal expressam o que tem pautado o mandato do executivo do PSD: PASSIVIDADE e REACTIVIDADE. Passividade no que ao desenvolvimento económico e social diz respeito; Reactividade, pois, responde de forma avulsa e inconsistente aos “estados de alma” dos vários agentes económicos.

Senhor Presidente da Câmara este seu mandato ficará rotundamente marcado pelo falhanço em toda a linha do pelouro do Desenvolvimento Económico, inicialmente por si assumido e, posteriormente, transferido [lá saberá porquê (?)], para o seu Vice-Presidente.

O Município de Esposende tem estado serenamente na plateia observando passivamente os seus congéneres, com os quais compete (exemplos: Viana do Castelo e Barcelos), atrair investimento, estimulando a instalação de empresas, criarem emprego, em suma, a “fazerem pela vida”.

Nestes documentos falta Empreendedorismo e Inovação. Empreendedorismo que promova o desenvolvimento económico e social do município, através da criação de empresas sustentadas em negócios diferenciados, de produtos/serviços de elevado valor acrescentado, da criação de emprego e da geração de riqueza. Inovação na procura de novas soluções, permitindo que as empresas ofereçam aos seus clientes “novos bens ou serviços” e explorem novos mercados, estabelecendo novas formas de relacionamento com clientes e fornecedores com vista à satisfação de necessidades.

Empreendedorismo e Inovação decisivos para aumentar a competitividade do Município e das suas empresas.

Senhor Presidente, há muito que fala na criação do “Centro de Negócios”. Teve três anos para avançar com este projeto, inscreve agora uma verba em Plano para aquisição de terrenos, não se sabendo concretamente qual o valor adstrito a este projeto! (Note-se que consideramos o presente projeto bastante importante para o concelho, sendo que da nossa parte terão o apoio necessário para a sua concretização). Pode explicar-nos pormenorizadamente em consiste? O que pretende com o mesmo?

Por outro lado, e creiam-nos, esperávamos que a “novela” com o Ministério da Defesa, com demasiados episódios para quem quer que as coisas aconteçam, permita em absoluto adquirir a Estação Radionaval de Apúlia e concretizar a concessão do Forte de S. João Baptista,



avançando com estes projetos-âncora. Será bastante frustrante para o concelho se tal não acontecer.

Acerca disto Senhor Presidente, ainda esta semana, o grupo 3B's, que esta Assembleia teve o prazer de visitar e que é uma referência na sua área de atuação a nível Mundial, recebeu mais um financiamento sobre o programa "Horizonte 2020" para o desenvolvimento do Centro das Descobertas para a Medicina Regenerativa e de Precisão, num valor que ascende à 100 milhões de euros nos próximos sete anos... E para onde vai esse investimento? Para Guimarães! Bem sabemos que é lá que se encontram os alicerces deste centro, mas então onde fica o tão famigerado projeto para a Estação Rádio Naval de Apúlia?

Senhor Presidente, daqui a uns tempos ouviremos dizer que a culpa foi da Marinha ou do Governo porque não cedeu os espaços... Se a dificuldade é o espaço, porque não se canaliza esforços para outros locais?

Sabe Senhor Presidente, faz lembrar os versos de uma canção do Sérgio Godinho, Esposende "continua a espera do comboio, na paragem do autocarro" ...

Senhoras e Senhores Deputados, esperávamos muito mais deste orçamento. Esperávamos um orçamento que ostentasse tanto quanto as iluminações da cidade, ou não estivéssemos nós com as eleições quase a chegar.

Através da mera comparação com o orçamento anterior verificamos que havia uma rubrica intitulada "Plano Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar do Cávado" com uma dotação definida de 800 mil euros, com Fundos Comunitários. E que no atual orçamento, esta medida apenas tem definida a quantia de 100 euros. O que vai ser feito? Será que o insucesso acabou repentinamente?

Para quando o Cartão Municipal do Bombeiro? Para quando a criação das EIP (s) - Equipa de Intervenção Permanente – para os Bombeiros locais?

Senhor presidente para quando o apoio à APPACDM na construção de um lar para os deficientes deste concelho, tornando-nos num exemplo de concelho inclusivo!

E para quando a modernização do Mercado Municipal?

Senhor Presidente da Câmara no que tange ao ordenamento do território deixou para o último ano do seu mandato a elaboração de uma série de Planos de Urbanização e de Pormenor, quando não os fez nos três anteriores! Alguém acreditará que os vai conseguir executar? Os munícipes vão estando atentos a esta forma de fazer e de estar na política.

Senhor Presidente, estava previsto para o Parque Temático dos Moinhos da Abelheira no orçamento de 2016, que para o ano de 2017, seriam investidos 400 mil euros. Verifica-se, pela análise do documento, a dotação para investir nos ditos Moinhos caiu para 55 mil euros. Em que ficamos?

E já agora, para quando o arranque da primeira fase do Parque da Cidade?

Congratulamo-nos por, neste seu último ano de mandato e quiçá como Presidente da Câmara Municipal, ter aceiteado as continuadas recomendações do Grupo Político do PS no sentido do desagravamento fiscal, fixando o IMI na taxa mínima. Há de convir que tal não fragiliza a sustentabilidade económica e financeira do Município como sempre nos tentou "vender". Esperemos, contudo, que não o tenha feito exclusivamente por entrar em ano de eleições, pois

contrariamente ao Presidente do PSD, com certeza que não se estará a "lixar para as eleições".

Esperávamos ainda a diminuição do custo da água e das suas respetivas tarifas; esperávamos pela devolução de uma parte do IRS. É um contrassenso que esta Câmara proclame gozar de tão boa saúde financeira e depois, na hora H, na hora do vamos ver, apenas opte por baixar o IMI!

Oxalá nos possa surpreender no último ano deste mandato. Ficámos à espera!

Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, pelo exposto, optamos pela Abstenção. -----

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal, Artur Jorge da Silva Viana, do Grupo político do CDS, cuja intervenção se transcreve:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores e Senhoras Vereadoras

Senhores e Senhoras Deputados Municipais e público presente

Congratulo-me com a notícia de que Esposende lidera o ranking da eficiência financeira dos municípios do distrito de Braga, registo que fica no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014.

Segundo o Sr. Presidente da Câmara, estes resultados colocam Esposende no topo da eficiência financeira da gestão autárquica, não só ao nível da região, mas também em termos nacionais.

No grupo que represento acreditamos que o atual executivo irá continuar a liderar os rankings por mais dois anos, isto é, até 2016.

O município de Esposende, mesmo sendo um dos municípios com as suas contas equilibradas, uma referência para os rankings de "boa" gestão, não será um exemplo em termos de crescimento económico, ou talvez sim, se considerarmos este crescimento apenas na vertente financeira.

Ao longo de três anos município tem vindo a poupar, com um excedente que tem aumentado de ano para ano, o que é indicador da não concretização dos projetos previstos e continuamente adiados.

O orçamento de 2017, será, acredito, o ano de viragem e de investimento público que estará direcionado para as populações e los seus anseios e problemas.

O Plano de investimentos nas Freguesias não passa de um estratégia pomposa e eleitoralista que pretende num ano de eleições ganhar a confiança das populações que anseiam á vários anos pela concretização dos seus projetos e resolução dos problemas.

O Sr. Presidente está no executivo há cerca de sete anos, pelo que conhece bem as necessidades e anseios de cada freguesia. Este investimento nas Freguesias podia já ter sido realizado e os problemas resolvidos, dadas as disponibilidades financeiras do município, no entanto, por uma estratégia política foram constantemente adiados.

E, os grandes projetos emblemático como: o Forte de São João Batista, a Estação Radio



Naval, o Parque da Cidade, o Centro de Negócios, o Parque temático dos Moinhos da Abelheira, o Arquivo Municipal, etc.

Será que estes projetos são para concretizar ou serão apenas o continuar de uma promessa.

Os parques empresariais de Vila Chã, Forjães e Fão que estiveram ausentes e só agora se prometem a elaboração de planos de urbanização. Falta uma estratégia de captação empresarial, que promova a criação de emprego.

O concelho precisa urgentemente de ver a sua economia revitalizada.

Para quando o Plano de Mobilidade Sustentável, facilitador da circulação nas artérias da cidade e do concelho?

Relativamente á redução do congestionamento nos acessos às praias do concelho e em particular às praias de Apúlia e Ofir, continuamos a não visualizar qualquer projeto ou intervenção.

A proposta de orçamento Municipal para 2017 é extensa e abarca várias áreas e projetos de continuidade. Espera-se um orçamento de concretização, no entanto verifica-se que grandes projetos continuam ainda contemplados com 100 euros na rubrica.

Esperemos que os mais de 22 milhões de euros a investir se concretizem nos projetos efetivos do presente executivo e se possível como diz o Sr. Presidente que alcance os 34 milhões.”-----

Não havendo mais intervenções, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido:

“O Senhor Deputado Manuel Carvoeiro é reincidente na sua análise porque todos os anos na discussão do orçamento vem falar na questão dos 100 euros e pese embora já tenha explicado três ou quatro vezes e sabendo que o Senhor Deputado sabe qual a razão vou novamente explicar: Se nós abrirmos a rubricas não implica depois alterações orçamentais mas apenas alterações orçamentais. Quando temos a previsão da receita e a intensão de executar determinada obra abrimos essa rubrica para depois numa alteração orçamental a carregar com o valor e dou-lhe como exemplo os Moinhos da Abelheira em que apenas colocamos o valor para a aquisição dos que faltam e no caso de concretizarmos a aquisição de todos e havendo condições lançamos a obra e, na altura, alteraremos a rubrica no orçamento.

Quanto ao Plano de Markting por acaso fomos nós e não no mandato anterior e foi apresentado nesta casa com o Dr. Paulo Alves um diagnóstico inicial.

Sobre o estudo de circulação foi-nos entregue o estudo preliminar e já reunimos com a empresa e temos algumas sugestões de melhoria e será apresentado em breve. Dar nota ainda que inicialmente estava unicamente previsto o estudo para a cidade de Esposende e decidimos alargar o estudo também às zonas balneares incluindo Apúlia, Fão Esposende e a zona de Cepães em Marinhãs.

Quanto à questão do Desenvolvimento Económico digo que o mandato ainda não acabou e as notícias sobre a “morte” do Desenvolvimento Economico no concelho foram claramente exageradas. É necessário planeamento e o caso do Forte e da Estação Rádio Naval foi feito aquilo que por nós tinha que ser feito. Estamos a desenvolver um programa para o Centro de Investigação Científica, fizemos o acordo com a Universidade do Minho que tem aprovada uma candidatura de cem milhões de euros e o Dr. Rui Reis está focado neste projeto onde



estamos incluídos e como tal temos que lhe dar condições para que haja a expansão do parque para cá. Lamento que o governo anterior e o atual não tenha ainda conseguido agilizar a situação para ficarmos com a Estação Rádio Naval de Apúlia. Temos dado passos importantes. Foram disponibilizados os serviços da Câmara Municipal para fazer o levantamento topográfico e emitirmos a certidão de destaque que já se encontra emitida que se encontra no Ministério da Defesa para que efetuem o registo do prédio e aí sim estará tudo pronto para que o imóvel possa vir para o município. Espero que não haja aqui nenhuma lógica política extraordinária de não fazerem a passagem do imóvel para o município por questões eleitoralistas locais. Espero que não caiam na tentação de prejudicar o concelho por questões eleitorais porque seria uma asneira. Todos temos que nos empenhar neste processo e se houver aqui alguém do Partido Socialista que tenha acesso a esse processo e nos ajude a passar o imóvel para a Câmara de Esposende terá o meu reconhecimento público e nesta Assembleia e utilizem a vossa influência junto do governo.

Quanto ao cartão do bombeiro após a discussão e dos contributos irá à próxima reunião de Câmara.

Sobre o Mercado Municipal conseguimos agora a verba através do PARU que inclui outras obras como a rua da Igreja, o Centro Interpretativo do Sargaço ambas em Apúlia, em Fão a travessa e rua Eng.º Losa Faria e o Largo do Bom Jesus, em Esposende o Mercado Municipal, o Largo Rodrigues Sampaio, o Arquivo Municipal e em Marinhãs toda a zona central que no total representam obras no valor de cerca de quatro milhões de euros.

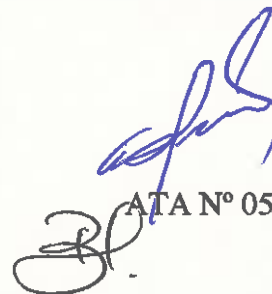
Sobre os Planos, recordo que fomos nós que fechamos o Plano Diretor Municipal que andava há 12 anos para ser fechado e foi feito neste mandato.

Quanto à questão da água e do IRS, nós somos dos municípios em todo o País onde se verifica uma das mais baixas cargas fiscais. Aqui e como sabem não são pagas taxas de esplanadas, taxas de publicidade, damos os livros escolares às crianças do primeiro ciclo, damos apoios para as refeições do pré-escolar, as ligações de água e saneamento são gratuitas, não aumentamos o preços da água há seis anos, o IMI está no mínimo de Lei e ainda damos o complemento familiar, não cobramos Derrama às empresas e estes argumentos são um exemplo da baixa carga fiscal e somos um exemplo comparados com outros municípios da região. O IRS é aquele imposto mais justo porque incide no rendimento que as pessoas têm e a maioria das pessoas nem sequer pagam este imposto porque não tem rendimento. Não cobrar o IRS? Não cobrar para que pessoas que podem pagar não o façam? Esse não é o conceito de sociedade e de justiça social que tenho.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL.-----

Votaram a favor o Grupo Político PSD, o Grupo Político do CDS-PP e os Presidentes de Junta de Freguesia, num total de 24. Votou contra o membro do Grupo Político da CDU e abstiveram-se os 5 membros do Grupo Político do PS.-----

02.13 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS IMI, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----



De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2017 EM 0,30%.-----
MAIS DELIBEROU A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM: A) € 20 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO; B) € 40 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO; C) € 70 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.-----**

DELIBEROU AINDA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º - INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF): A) ISENTAR DE IMI OS PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO NOS TERMOS DA RESPECTIVA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DA MESMA REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADA POR UM PERÍODO ADICIONAL DE CINCO ANOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 7 DO ARTIGO 71º DO EBF; B) ISENTAR DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES AS AQUISIÇÕES DE PRÉDIO URBANO OU FRAÇÃO AUTÓNOMA DE PRÉDIO URBANO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO ONEROSA DO PRÉDIO REABILITADO, QUANDO LOCALIZADO NA “ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA”, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 8 DO ARTIGO 71º DO EBF. TENDO PRESENTE AS COMPETÊNCIAS CONFERIDAS AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS RELATIVAMENTE ÀS TAXAS A APLICAR NA ÁREA DO MUNICÍPIO REFERENTES AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COMPETÊNCIAS ESTAS CONSAGRADAS NO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12/11.-----

02.14 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM TMDP, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto



à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2017.-----

Votaram a favor o Grupo Político do PSD, o Grupo Político do CDS/PP e 8 Presidentes de Junta de Freguesia, num total de 23. Abstiveram-se o Grupo Político do PS, o membro do Grupo Político do PCP e o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão.-----

02.15 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2017, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de outubro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal sobre a participação variável no IRS para o ano de 2017, nos termos do n.º 2 do Artigo 26º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“Afirmou o Sr. Presidente da Câmara, a propósito da proposta que ora nos é apresentada sobre a participação variável de 5% no IRS para 2017, que o Município não pode prescindir desta receita de IRS. Mais afirmou que não faz sentido abdicar, no todo ou em parte dessa participação no IRS, porque aqueles munícipes que têm rendimentos devem pagar.

Sobre esta matéria e acerca das posições do Sr. Presidente da Câmara, digo que o PCP não acompanha a proposta da Câmara - participação variável de 5% no IRS para 2017. E não acompanhamos esta proposta tendo até em conta a falta de coerência aduzida pelo Sr. Presidente da Câmara para justificar a mesma. Diz que quem têm rendimentos deve pagar. Claro. Só é pena que a Câmara PSD e o Sr. Presidente da Câmara olhem para os rendimentos das pessoas singulares e nada diga quanto às empresas localizadas no nosso concelho. Ora se quem tem rendimentos (a maioria do seu trabalho) deve pagar, então, também quem tem lucros, os empresários devem pagar e não pagam. Sim, não pagam. No concelho de Esposende sempre os executivos municipais isentaram do pagamento da Derrama as empresas. Fazem-no, argumentando que esta medida constitui um estímulo ao investimento, à fixação de empresas, à criação de postos de trabalho, à dinamização da economia concelhia. Não estou certo que assim seja. De resto, não há nenhum estudo, não existem dados que permitam afirmar que a isenção do pagamento de Derrama para as empresas contribui para o desenvolvimento económico do concelho. Na larguíssima maioria dos concelhos do nosso país, é cobrada a Derrama. Nos concelhos vizinhos de Esposende é cobrada a derrama e não é por isso que as empresas deixam de procurar e se fixar em tais municípios. Ao prosseguirem com esta medida de isenção do pagamento de Derrama, esta maioria PSD em Esposende, está a

impedir que entre no erário público municipal dinheiro que seria muito, muito útil para prosseguir atribuições do município em áreas fundamentais como a cultura, educação/ensino, saúde, desporto/lazer, etc. Ao invés, com tais isenções de derrama, a maioria PSD que nos governa mete nos bolsos dos empresários largos milhares de euros, desperdiçados, tantas vezes em objetos demonstrativos de sinais exteriores de riqueza. Claro que não advogo que empresas com lucros residuais paguem Derrama, por isso, deveria ser estabelecido um valor aceitável, por exemplo, empresas com lucros superiores a 120 mil euros ano. E no nosso concelho muitas, muitas empresas têm lucros superiores a este montante. Portanto, Sr. Presidente, não vejo onde está a justiça do seu argumento para justificar que a participação do município no IRS deve ser pelo máximo – 5% –, uma vez que, como preconiza, quem tem rendimentos, deve pagar e prescinde da receita adveniente dos lucros das empresas – gerada pela Derrama. Tanta injustiça na sua argumentação, a mesma argumentação que já utilizava Alberto Figueiredo e João Cepa.

O PCP, entende que, tal como aconteceu com o IMI, também a participação do município no IRS deveria, paulatinamente, ser reduzida. O Município deveria encetar uma trajetória de diminuição nessa participação do IRS. Creio que era uma medida justa, de resto utilizada por vários municípios deste país. Ora não acontecendo assim, o PCP votará contra a proposta da Câmara Municipal de participação variável de 5% no IRS para 2017.”-----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido:

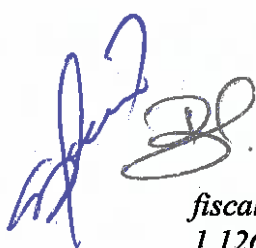
“O Senhor Deputado Manuel Carvoeiro coloca-se na linha da frente quando nos é pedido para criar incentivos às empresas e agora vem pedir para cobrar Derrama às empresas do concelho. Há que haver coerência e não cobrar Derrama é precisamente um incentivo à fixação das empresas.

Quanto ao IRS já entendo onde está a incoerência da nossa parte. Não digo que não seria mais justo que o imposto fosse menor mas por que razão tem que ser a autarquia a suportar esse encargo e não o governo? Sobre a trajetória que falou seria uma trajetória direta ao abismo e colocaria a Câmara Municipal como tantas outras, ou seja, numa situação de falência. Não me vou repetir mas a verdade é que efetivamente a população de Esposende tem das menores cargas fiscais do País.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2017 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----

Votaram a favor os membros do Grupo Político PSD, e os Presidentes de Junta de Freguesia de Vila-Chã, de Antas, de Forjães e das Uniões de Freguesia de Esposende, Marinhas e Gandra, de Fonte Boa e Rio-Tinto, de Belinho e Mar, de Palmeira de Faro e Curvos, num total de 20. Votaram contra o Grupo Político do PS, o membro do Grupo Político da CDU e os Presidentes de Junta de Freguesia de Gemeses e da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Num total de 8. Abstiveram-se os membros do Grupo Político do CDS, num total de 2.-----

Pelo Grupo Político do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *“O Município congratula-se de apresentar uma excelente estabilidade financeira, então, porque não abdicar de algumas centenas de milhares de euros em benefício dos munícipes com domicílio fiscal no nosso Concelho. A participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio*



fiscal no Concelho de Esposende, prevê para este ano, que o valor da receita atinja 1.126.000€ (um milhão, cento vinte seis mil euros). A melhor forma de este executivo mostrar que goza de tão boa saúde era permitindo a distribuição de parte dessa verba por todos os esposendenses que pagam IRS. Este é o tributo municipal que mais penaliza as famílias residentes neste concelho, e a insistência em manter a participação na colecta do IRS no máximo previsto na Lei apenas serve para continuar a manter os cofres “cheios”.-----

02.16 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, PARA O ANO DE 2017, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de novembro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato-programa entre o Município de Esposende e a Eamb – Esposende Ambiente, E.M. para a prestação e serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende, para o ano de 2017, nos termos do n.º 5 do Artigo 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção se transcreve:

“Aproveitando a presença da Sr.ª Eng.ª Alexandra Rooger – Presidente do Conselho de Administração da Esposende Ambiente para, querendo, se pronunciar, pergunto: Que dados possui a Câmara e a Esposende Ambiente para afirmarem que, no plano da eficácia e eficiência, esta empresa está em melhores condições de prestar os serviços referidos na proposta para a celebração dos contratos – programa em apreço? Defendendo V.ª as Ex.ª as o mercado, as lógicas de mercado, a concorrência foi feita alguma consulta ao mercado para aquilatar se há quem preste tais serviços com garantia da qualidade exigida e com preços mais baratos? Tudo isto porque o Sr. Presidente, quando foi instado a justificar a contratação, com uma tipografia de Vila Nova de Famalicão, da impressão do Boletim Municipal, disse que constitui princípio orientador da Câmara e das suas opções de gestão procurar entidades que, garantindo a qualidade, prestem um serviço mais barato, estejam ou não sedeadas no município de Esposende. Ora se é assim, porque não usa os mesmos critérios no que concerne à celebração de contratos para a prestação de serviços na área do ambiente? Quem lhe garante que a Esposende Ambiente presta um serviço mais barato?” -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido:
“Gostava de dizer de uma forma muito frontal que a Esposende Ambiente e a Esposende 2000 são Câmara Municipal de Esposende e há interessados que se pense que a Esposende Ambiente é uma empresa qualquer tal como a Esposende 2000 e que nós entregamos uns serviços para ajudar alguém. Não é verdade e são serviços que eram nossos e são altamente



fiscalizados e que obedecem a visto do Tribunal de Contas. São duas empresas em que o capital é 100% do município e se fosse o caso de haver 1% que fosse de capital privado aí sim as coisas seriam diferentes porque haveria um interesse privado mas não é o caso.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA.-----

02.17 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE A E EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, PARA O ANO DE 2017, NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de novembro de 2016, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para a celebração de contrato-programa entre o Município de Esposende a e EAMB - Esposende Ambiente, E.M. para a prestação de serviços de execução de tarefas de Gestão de Espaços Verdes Públicos, da Gestão da Vertente Ambiental e de Gestão do Sistema de Águas Pluviais na área do Município de Esposende, para o ano de 2017, nos termos do n.º 5 do Artigo 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no número um do artigo quadragésimo nono do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 46.º do Regimento não se tendo verificado qualquer inscrição.-----

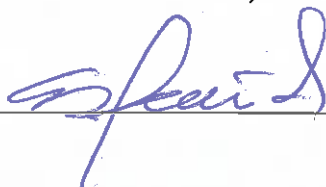
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 30 minutos, do dia 29 de novembro, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

